

Arena e MDB querem uma reforma tributária

Os 21 vereadores da Câmara Municipal, que já foram 45, dividem-se em duas legendas para, como prevê a Constituição, representar e legislar em nome de 7,5 milhões de habitantes da cidade. Em relação à grave situação de São Paulo, porém, Arena e MDB não divergem. E foi por intermédio dos líderes das duas bancadas que os partidos fizeram suas sugestões para resolver o problema: uma reforma tributária para distribuir melhor a renda nacional entre a União, os Estados e os Municípios; e o estímulo das atividades industriais em outros locais, para desviar os migrantes da Capital.

Na opinião de Yukishigue Tamura, até recentemente líder da bancada emedebista, "o restabelecimento do equilíbrio do poder político-econômico nacional, entre os três níveis de organização, mediante a reforma da Constituição, é a principal forma, senão a única, de resolver-se efetivamente os problemas que agravam a atual situação do País e, em especial, de São Paulo".

O vereador Alfredo Martins, líder da Arena na Câmara, concorda com isso. Segundo ele, é preciso aumentar a receita da cidade, mas sem criar novos encargos tributários a sua população.

A alteração dos critérios da divisão da renda tributária seria

uma boa solução. E Martins esclarece: "Essa mudança teria dois objetivos básicos. De um lado, elevar o percentual de participação da cidade no total arrecadado por conta do ICM. Do outro, aumentar o montante de São Paulo no Fundo de Participação dos Municípios — o dinheiro que o governo federal destina às cidades e que, no caso da Capital paulista, representa uma quantia irrisória, em torno da milésima parte do seu orçamento".

Para reforçar esse ponto de vista, Tamura recorre a alguns números. A atual distribuição das rendas nacionais — União com 61%, Estados com 32% e municípios com 7% — explicaria a origem das dificuldades em que se debatem cidades e Estados.

Mas, as idéias dos representantes do povo não param aí. Nem a identidade de seus raciocínios. Ambos concordam, também, em que a mudança dos fluxos migratórios para outras áreas é uma prioridade.

A "receita" de Tamura para a efetivação de um plano racional de desenvolvimento econômico regional, especialmente das áreas menos desenvolvidas, baseia-se na concessão de incentivos fiscais. Alfredo Martins, de seu lado, chega a explicitar quem seria incentivado basicamente: a indústria.